SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E CIDADANIA

Republicação por incorreção

Retifica-se por ter constado incorreção na matéria publicada no diário oficial 9.519, página 08, do dia 25.09.2017; EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 026462/2016 - OBJETO: onde se lê: "...o qual passa a vigorar até 30 de junho de 2018", leia-se: "...o qual passa a vigorar até 30 de julho de 2018"

Torna-se sem efeito a publicação do dia 12/07/2018, página 20, Diário Oficial 9.628, referente ao extrato do 2º Termo Aditivo do Convênio 026528/2016.

Republicação por incorreção

Retifica-se por ter constado incorreção na matéria publicada no diário oficial 9.548, página 03, do dia 07.12.2017; EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 026481/2016 - OBJETO: onde se lê: "...o qual passa a vigorar até 02 de junho de 2018", leia-se: "...o qual passa a vigorar até 02 de agosto de 2018".

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

Retifica-se por ter constado incorreção no texto do Extrato da Deliberação Nº 10 de 01 de março de 2018, publicado no DOE n. 9.620, de 22 de março de 2018, página n 46.

3-Empresa: VIA Morena Indústria e comércio Ltda.

Termo de Acordo nº: 90/2013 Inscrição Estadual: 28.354.513-5 Local: Campo Grande /MS

Atividade: Fabricação de Kit de armário de Cozinha, escritório e Kit prateleiras.

Leia-se:

4-Empresa: VIA Morena Indústria e comércio Ltda.

Termo de Acordo nº: 850/2013 Inscrição Estadual: 28.398.320-5 Local: Campo Grande /MS

Atividade: Fabricação de Kit de armário de Cozinha, escritório e Kit prateleiras.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Extrato do VI Termo Aditivo ao Contrato 0005/2014/SEJUSP

N° Cadastral 3097

Processo:

Partes:

Obieto:

31/000.135/2014

O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e CGU ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS PROPRIOS EIRELI CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETOO presente Termo

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Aditivo tem por objeto as alterações do preâmbulo, bem como das Cláusulas Segunda e Terceira do Contrato Original nº 005/2014/SEJUSP/MS, passando a vigorar a seguinte redação:

PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 15.412.257/0001-28, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/MS, inscrita no CNPJ sob no 03.015.475/0001-40, estabelecida no VI, do Centro Administrativo do Parque dos Poderes, nesta Capital, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ANTONIO CARLOS VIDEIRA, união estável, funcionário público, portador da Cédula de Identidade RG nº 397946 SSP/MS e CPF nº 475.533.671-68, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, e de outro lado, CGU-ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 29.159.667/0001-13, com sede à Rua Mal. Rondon, 1380, Centro, Campo Grande/MS, representado por procuração por **HELMA CORRÊA FIRMINO**, brasileira, casada, administradora, portador do RG Nº 353.870 SSP/MS e do CPF Nº 403.454.241-15, residente e domiciliada à Travessa Felipe Duque, 95 - Bloco E, apto 03, Bairro Tiradentes, CEP 79.041-351, doravante denominado simplesmente LOCADOR, face a dispensa de Licitação conforme Parecer nº 217/2018. fls. 907, no Processo nº 31/000.135/2014, na forma do Artigo 24, inciso "X" da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, observadas as Cláusulas e condições seguintes, que reger-se-á conforme as determinações das Leis n.º 8.666/93, Lei n.º 8.245/91 e Código Civil Brasileiro:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Estado, ficará a cargo da CONTRATANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO E DA RATIFICAÇÃO Fica eleito o foro da comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. As demais cláusulas e condições contidas no contrato original serão mantidas e por este termo ratificado. E, por estarem justos e acordados, assim o presente contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Ordenador de Despesas: Amparo Legal: Data da Assinatura: Assinam:

Lei Federal 8.666/93 e suas Alterações

ANTONIO CARLOS VIDEIRA

ANTONIO CARLOS VIDEIRA e Helma Corrêa Firmino

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 051/18/DTP/DAP/AGEPEN

PROCESSO - N.º 31/600750/2018

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e INSTITUTO BIBLICO ALENCARINO DA ASSEMBLÉIA

DE DEUS MS, COM INTERVENÇÃO DA CAPELANIA VERDADE QUE LIBERTA. **OBJETO** – Fornecimento de curso de formação e aperfeiçoamento de Obreiros (as) aos presos (as) custodiados (as) das Unidades Prisionais devidamente matriculados (as) nos cursos do Instituto Bíblico Alencarino da Assembleia de Deus de MS. **RECURSOS** – Não há repasses de recursos financeiros

VIGÊNCIA - 36 (trinta e seis) meses a partir da data de sua assinatura.

AMPARO LEGAL – Decreto Estadual 11.261/2001; Lei Federal Nº. 8.666/93; na Resolução da SEFAZ nº 2093 de 24 de outubro de 2007 e alterações. FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA – 15 de junho 2018.

ASSINAM – Aud de Oliveira Chaves, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS, Eliel Araújo de Alencar, Presidente do Instituto Bíblico Alencarino da Assembléia de Deus de MS e Arthur Nantes de Alencar Diretor do Instituto Bíblico Alencarino.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 029/18/DTP/DAP/AGEPEN PROCESSO - N.º 31/600.559/2018

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E SANAGUA TECNOLOGIA EM ANALISE AMBIENTAL E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.

OBJETO - Utilização de mão de obra de internos do regime fechado da Penitenciária de Três Lagoas-PTL, em atividades de serviços gerais e $\lim_{n\to\infty}$ da rede de esgoto nos arredores da Penitenciária de Três Lagoas/MS.

REMUNERAÇÃO - A remuneração devida pela cooperada a cada interno será de 3/4 (três quartos) de salário mínimo nacional. **VIGÊNCIA** – 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1.984; Lei Federal Nº. 8.666/93 e alterações.

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. DATA DA ASSINATURA – 18 de julho de 2018.

ASSINAM – AUD DE OLIVEIRA CHAVES, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Fabiano

Viana Storti, sócio da SANAGUA TECNOLOGIA EM ANALISE AMBIENTAL E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.

AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 022/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS -AGESUL, CNPJ N. 15.457.856/0001-68, E O MUNICÍPIO DE ROCHEDO/MS, CNPJ N. 03.501.566/0001-95. PROCESSO N.º 19/100.889/2013.

OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio, a cessão 01 (um) Caminhão Basculante-MBB, Chassi:9BM345033HB749085, Modelo: 1513, Ano 1987, Prefixo: HQH-2790, em bom estado de conservação.

VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com a conveniência, oportunidade e interesse dos partícipes.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto n.º 12.207 de 14 de dezembro de 2006, em seu Art. 2º, inciso VII, nas disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, e legislações específicas, com suas alterações posteriores, bem como na justificativa anexa ao Processo Administrativo n.º 19/100.889/2018

DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2018.

ASSINAM:

EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA - CPF n. 528.167.021-20

Diretor-Presidente da AGESUL

FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR - CPF n. 445.162.151-87

EXTRATO DO ATO DECISÓRIO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2017 - SAD.

PROCESSO N.º 57/100.520/2017

ORGÃO: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul -

EMPRESA: Recape Comércio de Pneus LTDA - EPP.

DECISÃO: Aplico à Empresa contratada Recape Comércio de Pneus LTDA - EPP, as penalidades de ADVERTÊNCIA E MULTA. VALOR DA MULTA: R\$ 10.120,00 (dez mil cento e vinte reais). FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 87, incisos I e II da Lei Federal n. 8.666, de 21/06/1993.

DATA DA DECISÃO: 16 de julho de 2018. ASSINA:

ANIMAL E VEGETAL

EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA - CPF n. 528.167.021-20 Diretor-Presidente da AGESUL

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA

PORTARIA/IAGRO/ MS N° 3.603 DE 06 JULHO DE 2018.

Estabelece a Criação do Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo teníase - cisticercose e outros achados de inspeção relacionados à saúde pública no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E

VEGETAL – IAGRO, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA nº 50 de 24 de setembro de 2013;

Considerando a Lei Estadual Nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009 e a Lei Estadual Nº 4.518 de 07 de abril de 2014;

Considerando a necessidade do desenvolvimento de um programa de sanidade animal para o controle de enfermidades que causam perdas de produção e produtividade à pecuária;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase e Cisticercose- e outros achados de inspeção relacionados à saúde pública;

Capítulo I Disposições Gerais

Secão I Do Objetivo geral

Art. 2º O Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase e Cisticercose e outros achados tem por objetivo geral diminuir a prevalência dos casos de cisticercose em bovinos e suínos.

Seção II Dos Objetivos específicos

Art. 3º O Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase e Cisticercose e outros achados tem por objetivos específicos:

- Mapear as áreas de maior risco no Estado do Mato Grosso do Sul;
- II. Estabelecer a prevalência das diferentes regiões do Estado;
- III. Planeiar os trabalhos e priorizar ações de educação Sanitária nas áreas de risco:
- Estabelecer parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, IV. Educação e Meio Ambiente;
- Estabelecer o repasse de informações dos Serviços de Inspeção Sanitária nas V. suas diferentes esferas (Federal, Estadual e Municipal), a fim de reduzir ao máximo o intervalo de tempo entre os achados da indústria frigorifica e as ações de controle a campo; Reduzir perdas econômicas oriundas de condenação no abate;
- VI.
- VII. Fortalecer o consumo de carne inspecionada;
- Capacitar técnicos do serviço oficial de saúde pública (municipal e estadual) para atuação nas ações do Programa; VIII.
- IX. Caberá ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul prover os recursos para execução das atividades do programa.

Seção III

Diretrizes do Programa

Art. 4º Para a implementação do Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase- Cisticercose e outros achados, e visando garantir o alcance dos objetivos propostos, ficam estabelecidas as diretrizes a seguir:

- Estabelecer o fluxo de informações entre os Servicos de inspeção municipal (SIM), estadual (SIE) e federal (SIF) de estabelecimentos de abate localizados
- no Estado de MS e o Serviço Veterinário Oficial do MS IAGRO; Realizar a análise das informações e encaminhamento às unidades locais da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal IAGRO, para o II. direcionamento das ações à campo;
- III. Estabelecer a prevalência da cisticercose no estado, mapeando as áreas de risco:
- IV. Realizar vigilância em propriedades de risco e/ou com achados no serviço de inspeção para orientação e levantamento de informações pertinentes a ocorrência de cisticercose e /ou demais achados de inspeção;
- Realizar levantamento epidemiológico ao redor de propriedades em regiões V. com casos de cisticercose e ou demais achados; Notificar a Secretaria de Saúde Estadual e Municipal a ocorrência das doenças
- VI. de que trata essa portaria em propriedades rurais, através do Comunicado de Ocorrência de Zoonose com reflexo na saúde pública, ANEXO I;
- VII. Confecção e distribuição de material educativo;
- VIII. Promover palestras, orientações através de contatos interpessoais, oficinas pedagógicas e incentivar a difusão de conhecimento nas escolas de ensino fundamental:
- Realizar campanhas de esclarecimento junto a população utilizando os recursos IX. de mídia do local.
- Formação de multiplicadores para atuarem junto ao público alvo.
- Fomentar e promover a discussão sobre saneamento básico rural viabilidade XI.
- XII. Aplicar os recursos do programa para promoção e manutenção das atividades propostas.

Seção IV

Da coordenação e execução do Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase e Cisticercose e outros achados

Art. 5º A coordenação e execução do Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase e Cisticercose será de competência da IAGRO, conforme as diretrizes do programa e em consonância com as políticas públicas estabelecidas pela legislação Estadual e Federal vigentes.

Parágrafo único: Considerando a transversalidade do programa, para o que este tenha uma maior abrangência, a IAGRO deverá articular-se com outras instituições, públicas ou privadas, para que todos os objetivos do Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase e Cisticercose e outros achados sejam alcançados.

Capítulo II Disposições Finais

Art.6º O Programa Estadual de Prevenção e Controle do Complexo Teníase e Cisticercose e outros achados deverá ser constantemente avaliado em relação ao alcance dos objetivos e, sempre que necessário, poderá ter suas diretrizes readequadas ou alteradas

Parágrafo único: a IAGRO promoverá encontros periódicos com todas as entidades envolvidas para avaliação do programa e definição de novas diretrizes quando for o caso.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 06 de julho de 2.018

Luciano Chiochetta Diretor-Presidente

ANEXO I

PORTARIA / IAGRO/ MS N° 3.603 DE 06 JULHO DE 2018. À Secretaria Municipal de Saúde de /MS Comunicado de ocorrência de zoonose com reflexo na saúde pública:

Comunicamos a	Vossa	Senhoria	que a	Agência	Estadual	de D	efesa	Sanitária	Animal	е
Vegetal do estad										

Vegetal do estado do MS-IAGRO identificou durante inspeção sanitária em abatedouros de Mato Grosso do Sul, no abate do dia __/___, lesão compatível com a enfermidade

identificada abaixo: () Cisticercose Bovina, () Cisticercose Tuberculose () Outro achado Dados da propriedade:	cose Suína, () Hidatidose, () Brucelose, ()
Propriedade	nº da Inscrição Estadua
Coordenadas: W	S
Proprietário:	
Município:	

É de extrema importância que sejam realizadas ações voltadas à saúde pública.

Extrato do Contrato Nº 0008/2018/IAGRO N° Cadastral 10515 Processo: 71/502.303/2018

Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal, Partes:

Antônio Vitorino e Julia Malta Vitorino. Locação de um imóvel, sito Rua José Roque de Carvalho,

Objeto: nº 312 – Centro, em Bodoquena/MS para instalação do escritório local da IAGRO, com edificação e estado de conservação conforme definição descrita no Parecer Técnico nº 141/2018 realizado pela Junta de Avaliação

do Estado e Laudo de Vistoria

Ordenador de Despesas: Luciano Chiochetta

A despesa decorrente do presente exercício correrá por conta da Funcional Programática 10.71205.20.122.0069.8200.0001; Fonte de Recursos Dotação Orcamentária:

0240000000; Natureza de Despesa 339036. O valor global deste Contrato é de R\$ 13.080,00 (treze Valor: mil e oitenta reais) e o valor mensal da locação

permanecerá no importe de R\$ 1.090,00 (hum mil

e noventa reais). As partes se declaram expressamente sujeitas às normas

Amparo Legal: previstas na Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666

de 21/06/93), na Lei de Locações de Imóveis Urbanos (Lei n.º 8.245 de 18/10/91), no Código de Proteção do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 11/10/90) e no Código Civil Brasileiro.

O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses,

a contar de 01 de julho de 2018. Data da Assinatura:

01/07/2018

Assinam: Luciano Chiochetta, Antônio Vitorino e Julia Malta

Vitorino.

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato Nº 0009/2016/IAGRO

N° Cadastral 6476

Do Prazo:

63/101.401/2016 Processo: Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal Partes:

e Marco Aurélio Monteiro Medeiros.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar por mais 12 (doze) meses a locação, devendo permanecer

o mesmo valor, conforme parâmetros de limites estabelecidos no Parecer Técnico nº 138/2018, emitido pela Junta de Avaliação do Estado - JAE/SEINFRA.

Ordenador de Despesas: Luciano Chiochetta

A despesa decorrente correrá por conta da decorrente do presente exercício conta da Funcional Programática Dotação Orçamentária:

Natureza 10.71205.20.122.0069.8200.0001; Despesa 3615; Fonte de Recursos 0240000000.

Valor: O valor mensal da locação permanecerá em R\$ 1.000,00 (Um mil reais) mensais, conforme parâmetros de limites estabelecidos no Parecer

Técnico nº 138/2018 da JAE/SEINFRA. Esse termo aditivo é realizado com amparo nos arts. 17, 18 e 51, todos da Lei Federal nº 8.245/1991 - Lei

do Inquilinato c/c §3º, I do art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.

O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de 01 de julho de 2018 e com término em

30 de junho de 2019.

Data da Assinatura: 30/06/2018

Assinam: Luciano Chiochetta e Marco Aurélio Monteiro Medeiros.

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato Nº 0020/2017/IAGRO N° Cadastral 8368

Processo:

Amparo Legal:

Do Prazo:

Valor:

Amparo Legal:

71/501.264/2017

Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal, Partes:

Daniel de Souza e Lúcia da Costa Souza. O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar por Objeto:

mais 12 (doze) meses a locação, devendo permanecer o mesmo valor, conforme parâmetros de limites estabelecidos no Parecer Técnico nº 146/2018, emitido

pela Junta de Avaliação do Estado - JAE/SEINFRA.

Ordenador de Despesas: . Luciano Chiochetta

A despesa decorrente do presente exercício correrá por conta da Funcional Programática Dotação Orçamentária:

10.71205.20.122.0069.8200.0001; Natureza Despesa 339036; Fonte de Recursos 0240000000.
O valor mensal da locação **permanecerá em R\$**

1.250,00 (Hum mil, duzentos e cinquenta reais) mensais, conforme parâmetros de limites estabelecidos no Parecer Técnico nº 146/2018 da

JAE/SEINFRA.

Esse termo aditivo é realizado com amparo nos arts.

17, 18 e 51, todos da Lei Federal nº 8.245/1991 – Lei do Inquilinato c/c $\S 3^{\circ}$, I do art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Do Prazo: O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de 01 de julho de 2018 e com término em

30 de junho de 2019.

Data da Assinatura:

Luciano Chiochetta, Daniel de Souza e Lúcia da Costa Souza.